

*Augusto Hunguana, Carlitos Venâncio Massingue, Elisa Dalila Mutimba Mascarenhas, Josina Mussagy, Octávio José José Massingue, Olga Macuácu\**

## **Compreensão do risco decorrente das medidas tomadas pelo governo para mitigação da pandemia da Covid-19: uma perspectiva sócio-económica, a partir das dinâmicas das instituições privadas do ensino superior em Moçambique. Caso da Universidade Técnica de Moçambique (2020 – 2021)**

### **Resumo**

O presente trabalho analisa o impacto socioeconómico das medidas tomadas pelas autoridades moçambicanas no contexto da pandemia da covid-19, olhando concretamente para a Universidade Técnica de Moçambique no período 2020 - 2021. Partindo duma perspectiva sistémica, defendeu a ideia de que as medidas tomadas pelo governo para mitigação da pandemia, implicaram a desestruturação das relações socioculturais e humanas no seio das Instituições Privadas do Ensino Superior, bem como a respectiva reestruturação à novas formas de ser e estar no mundo. Sendo um estudo descritivo, retrata a complexidade dessas medidas e as suas consequências para a UDM em particular.

**Palavras– Chave:** Covid-19; Medidas do governo; Teoria dos sistemas; Ensino superior; UDM.

### **Abstract**

This paper analyses the socio-economic impact of the measures taken by the Mozambican authorities in the context of the pandemic of covid-19, looking specifically at the Technical University of Mozambique in the period 2020 - 2021. From a systemic perspective, it defended the idea that the measures taken by the government to mitigate the pandemic, implied the destructuring of socio-cultural and human relations within the Private Institutions of Higher Education, as well as the respective restructuring to new ways of being and being in the world. Being a descriptive study, it portrays the complexity of these measures and their consequences for the UDM in particular.

**Keywords:** Covid-19; Government measures; Theory of Systems; Higher Education; UDM

### **1. Introdução**

Em finais de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi comunicada pela China, da descoberta de uma nova doença respiratória, denominado por novo Coronavírus, ou simplesmente por COVID-19. O governo chinês afirmou que o vírus ora descoberto

apresentava baixo risco aos humanos, embora tenha ordenado o isolamento completo da cidade de Wuhan, onde a doença teria surgido (Rodrigues e Costa, 2021).

Nesta conformidade a doença foi subestimada pelos governos, incluindo as autoridades internacionais de saúde, a analisar pela convicção da OMS em Janeiro de 2020, de que ainda não era momento de se falar em uma emergência de saúde pública, o que só veio a acontecer em Março daquele mesmo ano, com a sua elevação ao *status* de pandemia (Rodrigues e Costa, 2021). Neste período registou-se também o primeiro caso em Moçambique.

O Coronavírus mostrou-se muito severo para a humanidade, colapsando sistemas de saúde de vários países, com centenas de óbitos. A pandemia pegou todos os subsistemas sociais desprevenidos, a avaliar pela corrida acirrada rumo à descoberta de vacinas, bem como na tomada de medidas para a sua mitigação, algumas, muitas vezes controversas. Nhamuave e Nhampinga (2020), comungam desta afirmação, ao defenderem que com vista a reduzir a disseminação da pandemia, verificou-se uma tendência global de encerramento dos diversos sectores de economia dos países afectados. O impacto dessas medidas, não foi de todo positivo para os diferentes estratos da sociedade, e, as instituições de ensino superior, sobretudo as privadas, são um exemplo claro desta realidade.

Corroborando esta afirmação, no seu artigo intitulado “*Covid-19 e o dinamismo das instituições de ensino*”, Pinto e Hogueane (2020), advogam que a covid-19 constitui um grave entrave ao desenvolvimento da sociedade pelo facto de estar a perpetuar o atraso económico, o isolamento social, e o fechamento das instituições de Ensino que se viram interpeladas a desenhar “novas” estratégias e dinâmicas de leccionação. No mesmo diapasão, Baloi (2021) defende que grande parte das instituições de ensino superior em Moçambique foram encontradas desprevenidas pela pandemia, e a tentativa de acomodar o ensino presencial ao ensino telemático e/ou em aulas virtuais, constitui ainda hoje o seu grande desafio.

No presente trabalho faz-se uma análise do impacto socioeconómico das medidas tomadas pelas autoridades moçambicanas para fazer face à pandemia, olhando especificamente para as dinâmicas experimentadas pelas instituições do ensino superior de direito privado, tomando como caso, os procedimentos adoptados pela Universidade

Técnica de Moçambique para garantir o funcionamento académico e administrativo no contexto da pandemia da COVID-19.

O problema levantado para a pesquisa, parte da primeira declaração do Estado de Emergência em Moçambique, através do decreto presidencial nº 11/2020 de 30 de Março, e as subsequentes prorrogações. Este instrumento incluía dentre as várias orientações, o encerramento de aulas presenciais, uma medida que segundo a UNESCO (2020), fez com que só no ensino superior, cerca de 213.930 estudantes ficassem sem aulas. Em concomitância, o mesmo decreto, determinava que as instituições de tutela deviam assegurar o ajustamento dos calendários escolares de modo a garantir o cumprimento dos respectivos programas.

Face a estes postulados legais, dentre as várias decisões tomadas pelas Instituições de Ensino Superior em Moçambique, adiante designadas por IES, foi a implementação de aulas remotas<sup>1</sup>. De referir que dado o efeito surpresa em que as instituições foram encontradas pela pandemia, a migração do modelo de ensino tradicional (presencial) para o virtual, também aconteceu de forma abrupta<sup>2</sup>. Para o caso da UDM, as principais características se resumem em: (i) falta de condições infraestruturais por parte da IES para suportar as necessidades das aulas virtuais; (ii) falta de preparação psicopedagógica dos docentes para responder aos ditames do ensino virtual; (iii) falta de condições socioeconómicas da maioria dos estudantes para fazer face às demandas das actividades académicas virtuais, bem como para o cumprimento das suas obrigações contratuais com as instituições (pagamento de propinas).

Com base numa abordagem sistémica da sociedade/organizações, faz-se uma análise do funcionamento do subsistema de ensino superior privado, no contexto das restrições impostas pelas medidas de mitigação da pandemia de Covid-19.

---

<sup>1</sup> No presente trabalho, o conceito de aulas remotas deve ser entendido na perspectiva de Vercelli (2020), o qual define-as como sendo aquelas em que o encontro, a inter-relação entre os elementos do sistema é feita *on-line*, de forma síncrona (em tempo real) ou assíncrona (não em tempo real, porém com a disponibilização de vídeo aulas)

<sup>2</sup> Antes da eclosão da pandemia, as IES ensaiavam embora com alguma timidez, o uso das TICs no processo de ensino e aprendizagem. A UDM em particular, privilegiava o uso de plataformas como e-mail até mesmo o whatsapp na interacção entre docentes e estudantes. Questões ligadas à barreiras legais (de referir que maioritariamente, o ensino com recurso à plataformas digitais é associado ao ensino à distância, e não tendo licença para a leccionação nesta modalidade, a UDM sempre tomou essa cautela para não conflitar com a lei) estiveram por detrás da fraca aposta na criação de condições infraestruturais para responder as necessidades de aulas virtuais.

Partindo da premissa da teoria de sistemas, esta análise foi conduzida sob argumento de que as medidas tomadas pelo governo para mitigação da pandemia da Covid-19, implicaram a desestruturação das relações socioculturais e humanas no seio das Instituições Privadas do Ensino Superior, bem como a respectiva reestruturação à novas formas de ser e estar no mundo.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem, na medida em que pretende captar e determinar, ainda que de forma liminar, as relações subjectivas advindas das medidas governamentais e o seu impacto no ensino superior privado em Moçambique. É descritiva quanto aos seus objectivos, pois trata-se de identificar, narrar e interpretar (atribuindo significados) os factos decorrentes da situação imposta aos intervenientes directos no processo de Ensino e Aprendizagem e na gestão das IPES em Moçambique no contexto em alusão.

Quanto aos procedimentos, usou-se a análise documental, a qual foi complementada pela observação directa do fenómeno no local de estudo. A análise documental teve como norte o decreto que aprova o Estado de Emergência e as subsequentes prorrogações, até ao decreto de Calamidade Pública, incluindo igualmente, as respectivas prorrogações. Consistiu também na análise da documentação específica produzida ao nível da UDM. Os dados foram recolhidos com base em entrevistas, com recurso a uma amostragem não probabilística, cujo desenho do instrumento tomou em consideração os objectivos pretendidos, bem como os meios disponíveis para a sua efectivação.

Neste critério de amostragem, a escolha dos elementos da amostra é feita de forma não aleatória, existindo um procedimento de selecção dos elementos da população segundo critérios estabelecidos. Neste contexto, a amostra foi intencional ou propositada, que segundo Huot (1999), consiste em seleccionar propositadamente os casos a incluir na investigação, condicionados pelas necessidades específicas desta. Com este tipo de amostragem foi possível seleccionar as pessoas que apresentam características importantes, como é o caso do Magnífico Reitor da UDM, o Senhor Administrador e o Chefe do Departamento de Informática. Ao optar-se por estas entidades no presente trabalho, pretendeu-se envolver informantes que tivessem dados e informações necessárias e fiáveis, com características que se enquadram e que sejam significativas para o mesmo. Depois de recolhidos, os dados foram analisados, o que possibilitou o estabelecimento da relação entre as respostas dos entrevistados, os dados observados e a literatura.

Estruturalmente, o trabalho comporta para além da presente introdução, o desenvolvimento e as considerações finais. No desenvolvimento, aborda-se as principais ideias da teoria de sistemas, por ser esta a teoria de base que sustenta a presente reflexão; uma visão sistémica da sociedade; o ensino superior privado no contexto da pandemia, olhando especificamente para o caso da Universidade Técnica de Moçambique. É nas considerações finais onde se encontram as principais ilações decorrentes da análise feita. Sem nenhum carácter normativo, estão patentes nesta secção algumas propostas operativas para as IPES em contextos de incerteza.

## 2. Uma visão sistémica da sociedade

Iniciada com os trabalhos de investigação do biólogo alemão Ludwig Von Bertalaffy, a abrangência científica da teoria geral de sistemas não se resume ao mundo das ciências físicas e biológicas (Ferreira et al, 2011). Os princípios e as leis dos sistemas, quer decorram da termodinâmica, das similitudes estruturais, do isomorfismo ou da noção de totalidade, sem excepção, servem igualmente como hipóteses teóricas para a física, a biologia e as ciências sociais (Ferreira et al, 2011).

Nas ciências sociais, o pensamento sistémico começa com o “*Tratado de sociologia geral*” de Pareto, avançando com a obra de Parsons, “*O sistema social*”, até a publicação da obra paradigmática de Luhmann, “*Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*”. A importância de *sistemas sociais* está no paradigma epistemológico empregue pelo autor ao pensamento sistémico social, a partir da apropriação do conceito de *autopoiesis*<sup>3</sup> desenvolvido pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela (Rodrigues e Costa, 2021).

De acordo com os autores acima citados, Luhmann dá na sua abordagem, novos rumos à teoria dos sistemas sociais. Para ele, a sociedade não é constituída por indivíduos, como

---

<sup>3</sup> Maturana e Varela (1998), caracterizam como sistema autopoietico aquele capaz de produzir, ele próprio, os elementos pelos quais é constituído, bem como de auto-organizar a rede de conexões internas entre esses elementos, num contexto de contínuas perturbações (ruídos) do meio. Sistemas autopoieticos, defendem os autores, são um tipo especial de sistemas operacionalmente fechados, isso significa dizer que eles nunca interagem diretamente com o entorno (ou ambiente), mas somente através de “irritações”, o que lhes permite ter autonomia para ignorar determinadas perturbações (comunicações). No entanto, há perturbações que dada a sua magnitude, não podem ser simplesmente ignoradas, podendo gerar irritações que levam o sistema a se reorganizar internamente, no sentido de compensar (responder) os ruídos do entorno. Além disso, há ainda perturbações que, de tão severas, podem levar ao colapso (morte) do sistema.

tradicionalmente ocorre nas ciências sociais, mas sim por comunicações, e tudo aquilo que não o for, deve ser observado como ambiente. Nesta conformidade, os indivíduos como sistemas psíquicos, constituiriam o entorno (ambiente) dos sistemas sociais. Para Rodrigues e Costa (2021), com este argumento o autor desloca o ser humano do centro para o entorno da sociedade. As comunicações, certamente, emergem a partir da interação (comunicativa) entre os indivíduos, e à medida que se conectam umas às outras, tem-se então a formação dos sistemas sociais, tais como educação, política, ciência, arte, religião, etc.

Como salienta Stichweh (2012), a conectividade sequencial de um incontável número de comunicações leva aos processos de formação de sistemas. Sob esse prisma teórico, a própria sociedade deve ser observada como um gigantesco sistema que aglutina todas as comunicações possíveis, diferenciando-se funcionalmente em um incontável número de sistemas e subsistemas sociais.

Cada sistema social desempenha uma função específica necessária ao funcionamento da sociedade. Nesse contexto, a educação, por exemplo, surge a partir do momento em que a sociedade moderna demandou um sistema específico para lidar com as operações pedagógicas, função que não poderia ser desenvolvida por nenhum outro sistema social, como a economia ou o direito, por exemplo, os quais já possuíam suas próprias funções (Stichweh, 2012). Neste sentido, vale afirmar que os diferentes sistemas sociais possuem sua própria autopoiese, de maneira que tudo aquilo que não é o próprio sistema tem de ser visto como entorno, inclusive os demais sistemas sociais. Além disso, cada um desses sistemas possui seus próprios ambientes internos, que podem ser vistos como sistemas parciais ou subsistemas.

Na sua abordagem, Dias (2013) refere que o sistema é tido como um conjunto de elementos interligados que sofrem influência recíproca. Para o autor, há uma interdependência entre as partes de um sistema, de tal modo que a alteração de uma das suas partes provoca efeitos nas outras, podendo modificar todo o conjunto. Compreendido deste modo, as sociedades humanas formam um sistema social no qual o conjunto de relações entre as pessoas formam um todo, cujas partes apresentam uma interdependência recíproca e qualquer alteração provocará algum tipo de modificação no todo.

Nesta conformidade, cabe reiterar que à medida que as relações sociais se tornam mais imbricadas e complexas, os sistemas sociais passam a funcionar cada vez mais acoplados estruturalmente uns aos outros, de modo que o efectivo funcionamento de um sistema depende da operação dos demais que estão ao seu redor. Neste diapasão, Dias (2013) refere que os sistemas sociais constituem-se em sistemas abertos e permanentemente sofrem influências externas, sejam estas de outros sistemas sociais, sejam do meio ambiente.

À luz dessa premissa, pode-se afirmar que mudanças estruturais ocorridas dentro de um único sistema social podem gerar perturbações sobre outros sistemas, levando-os, muitas vezes, a se reestruturarem numa tentativa de compensar tais ruídos em busca do novo equilíbrio, ou até mesmo de adaptarem-se a tais perturbações. No caso vertente do objecto de análise definido para o presente trabalho, a pandemia da Covid-19, é parte de um dos sistemas sociais, no caso vertente o sistema de saúde. Contudo, seus impactos reflectiram-se em todos os outros sistemas, tais como economia, educação, política, etc., evidenciando inequivocamente, que os sistemas não operam de forma isolada.

### **3. As organizações como sistemas abertos**

Para analisar as organizações enquanto sistemas abertos, torna-se imprescindível recuperar o conceito de sistema trazido por Dias (2013) o qual concebe sistema como um conjunto de elementos interligados que sofrem influência recíproca. Mercê deste conceito, com muita facilidade chega-se à conclusão de que existe uma dependência mútua entre as partes que compõem qualquer organismo social. Nesta ordem de ideias, as partes de uma organização, sendo elas mutuamente dependentes, funcionam no sentido da produção de objectivos comuns.

Partindo da compreensão das organizações como sistema de energia *input-output*, no qual o retorno da energia reactiva o sistema, Katz e Kahn (1966) citados por Ferreira et al (2011) afirmam que as organizações são flagrantemente sistemas abertos, porque o *input* de energias e a conversão do produto em novo *input* consiste em transacções entre a organização e o seu meio ambiente.

Este pensamento enquadra-se na teoria de sistemas na medida em que dá especial atenção ao problema das relações, das estruturas e da interdependência que enformam o funcionamento das organizações. Buscando sustentar esta ideia, pode-se recorrer aos autores ora citados (Ferreira et al, 2011), os quais partindo do conceito do sistema, desenvolveram um modelo capaz de dar conta da amplitude e complexidade da organização, definindo um conjunto de características específicas, de entre elas a homeostática, na medida em que procuram trocas que asseguram o equilíbrio constante do sistema.

Estes postulados reforçam a visão que tem no presente trabalho, na medida em que o pressuposto é de que o objecto definido para análise, no caso vertente a UDM, é um sistema social aberto, e como tal, influencia e recebe influências do meio circundante, e concomitantemente, busca constantemente exercer forças que permitam o seu equilíbrio face às variações deste ambiente. Isto significa dizer que com a eclosão da pandemia da Covid-19, e a consequente tomada de medidas anunciadas pelo governo através do decreto presidencial nº 11/2020 de 30 de Março afectando o seu funcionamento normal, a UDM viu-se na necessidade de tomar uma série de decisões com vista a garantir a sua continuidade. Ou seja, a instituição foi obrigada a encontrar mecanismos de contrariar a força devastadora da pandemia, desenvolvendo alternativas para que a instituição não deixasse de cumprir com as suas obrigações académico-administrativas.

#### **4. Panorama da Covid-19 no mundo**

A Covid-19 é uma pandemia recente, por isso ainda escasseiam estudos divulgados sobre o assunto. Segundo o Ministério da Saúde de Moçambique (MISAU), trata-se de uma doença decorrente do Coronavírus, que é “um vírus que causa infecções semelhantes a uma gripe comum e pode provocar doenças respiratórias mais graves como a pneumonia cuja transmissão caracteriza -se pelo contacto de uma pessoa infectada com uma saudável através de gotículas de saliva quando tosse ou espirra ou por objectos/superfícies contaminadas”.

Por sua vez, o Portal do Governo (2020), escreve que do ponto de vista etiológico “os coronavírus são uma família de vírus que podem causar doenças em animais ou seres



humanos. Segundo esta fonte, vários coronavírus são conhecidos por causarem infecções respiratórias em seres humanos, que variam de constipação normal a doenças mais graves, e, o coronavírus ora descoberto recentemente, causa uma doença chamada de coronavírus Covid-19”.

A nível mundial, os primeiros casos desta doença deram-se na cidade chinesa de Wuhan, em Dezembro de 2019. Nos meses subsequentes, foi-se propagando de forma rápida em vários países do mundo, levando a Organização Mundial de Saúde (OMS) em Março de 2020, a elevar a situação de emergência de saúde pública ocasionada pela Covid-19 para pandemia internacional (Sanz et al., s.d). Foi neste âmbito da propagação da doença, que ainda no referido mês de Março de 2020<sup>4</sup>, Moçambique registou o primeiro caso confirmado da COVID-19, na Cidade de Maputo, sendo um caso importando.

Neste contexto, e devido à rápida propagação da Covid-19, governos de vários países tomaram medidas de prevenção para reduzir ou evitar/travar a contaminação dos seus cidadãos, tais como o isolamento social, encerramento das fronteiras, o uso obrigatório da máscara, entre outras (Sanz et al., s.d). E, ao nível das instituições de ensino, e as do ensino superior em particular, uma das medidas mais notórias foi o encerramento temporário das aulas presenciais (Rocha, 2020).

Para Rocha (2020), os países que adoptaram o isolamento social no começo da infecção conseguiram controlar a disseminação do vírus, daí que esta medida é considerada por especialistas de saúde como eficiente no combate à propagação do coronavírus, apesar de algumas críticas, sob alegação de que ela afecta a receita e a economia da população, concretamente a perda ou redução da fonte de rendimento devido à baixa produção e à redução do fluxo de investimento (idem).

## **5. Medidas tomadas pelo governo de Moçambique face à Covid-19**

Conforme foi aludido na secção anterior, o primeiro caso da covid-19 em Moçambique deu-se em Março de 2020, na cidade de Maputo. A partir desta altura, o governo moçambicano posicionou-se rumo a uma série de medidas para fazer face à pandemia. Embora não seja objectivo deste trabalho, descrever todas as medidas tomadas pelo

---

<sup>4</sup> Comunicado Diário de Actualização de Casos de Coronavírus, Ministério de Saúde, 22 de Março de 2020.

governo no contexto em análise, importa destacar algumas de modo a fazer um enquadramento à reflexão que se pretende levar a cabo.

Duas fases caracterizaram a abordagem de resposta à Pandemia da Covid-19 em Moçambique: a primeira de prevenção, e a segunda considerada a fase de gestão. O Governo por via de um decreto presidencial<sup>5</sup>, tomou as primeiras medidas que para o sector da educação, e concretamente para o subsistema do ensino superior, implicaram a suspensão das aulas com intuito de gerir a limitação de circulação interna e confinamento de pessoas no território nacional (isolamento social).

No campo económico, medidas de política fiscal e monetária para apoiar o sector privado e enfrentar o impacto económico da pandemia também foram equacionadas em parilha com outras de cariz social, como o caso das estratégias de comunicação para intensificação de medidas de educação das comunidades e veiculação de mensagens de prevenção à pandemia, com recurso inclusive, a línguas nacional.

A componente administrativa também foi considerada nas medidas principalmente no que toca a rotatividade laboral, tele-trabalho ou outras modalidades em função das especificidades da área de trabalho e também das formas de atendimento alternativas, como telefone e / ou correio electrónico, para substituir o atendimento presencial<sup>6</sup>.

Tal como se fez referência em parágrafos anteriores, não se pretendia nesta secção, esgotar a descrição das medidas emanadas do governo. Contudo, mercê do exposto acima pode-se afirmar à luz da perspectiva sistémica Luhmanniana, que com a eclosão da Covid-19, Moçambique como um gigantesco sistema comunicativo, sofreu perturbações de um entorno (ambiente). Ou seja, a Covid-19 é vista neste trabalho como uma “perturbação” que atinge o funcionamento de praticamente todos os sistemas sociais, em proporção global.

Na sua formulação em torno do assunto, Carreteiro (2020) corrobora esta visão, ao referir que a Covid-19 está sendo um acontecimento que tem força de ruptura e invade todo o

---

<sup>5</sup> Decreto presidencial n° 11/2020 de 30 de Março. Este decreto foi prorrogado por 3 ocasiões, até à actual situação de calamidade pública.

<sup>6</sup> A insistência do governo na manutenção das medidas de encerramento dos estabelecimentos de ensino bem como outros locais públicos, pode estar relacionada com a insuficiência de vacinas em Moçambique em africa no geral, a avaliar pelas medidas de alívio que o governo tomou após atingir números significativos de pessoas vacinadas e a consequente redução de casos de internamentos por covid-19.

mundo, remodelando as estruturas sociais, as instituições, a vida das pessoas, das famílias, das estruturas económicas, comerciais, financeiras, das universidades, enfim, nada escapa.

Parafraseando Rodrigues e Costa (2021), as experiências internacionais com a Covid-19, vivenciadas até então, têm mostrado que o impacto do novo coronavírus afectou, inicialmente, o sistema de saúde. Contudo, em sua teoria de sistema social, Luhmann adverte que ao se considerar um sistema específico, os demais sistemas que constituem seu entorno também precisam ser observados. Este facto justifica os reflexos da pandemia da Covid-19 no sistema de educação, e no da educação superior em particular.

## **6. Compreendendo o risco socioeconómico decorrente das medidas tomadas pelo governo para mitigação da pandemia da Covid-19, a partir das dinâmicas da UDM de 2020 - 2021**

A Universidade Técnica de Moçambique é uma instituição privada de ensino superior pelo Decreto 42/2002 de 26 de Dezembro, tendo iniciado as suas actividades lectivas em 2003.

Por causa da Covid-19, o governo declarou um Estado de Emergência através do decreto presidencial nº 11/2020 de 30 de Março, o qual uma vez que o número de infecções ia aumentando, foi prorrogado por três vezes. Este decreto, conjugado com as respectivas prorrogações, fez com que conforme defende a teoria de sistemas, a UDM se reorientasse de modo a enfrentar a nova realidade.

Tomando a UDM como um sistema maior, que possui internamente um conjunto de subsistemas em interacção em prol de um objectivo comum, a análise proposta para esta reflexão incidiu sobre três domínios, nomeadamente o domínio social, económico e académico e administrativo, que a seguir serão desenvolvidos.

A declaração do Estado de Emergência em Moçambique implicou de entre várias medidas, a imposição do isolamento social, o que por sua vez, conduziu à introdução de tele-trabalho e ao regime de rotatividade. Para a UDM, uma outra consequência decorrente desta medida foi a suspensão de aulas presenciais, e a consequente implementação do ensino virtual.

Nesta fase de prevenção, as instituições de ensino superior receberam do ministério de tutela, a primeira directiva operacional<sup>7</sup> que obrigava as IES ao preenchimento e envio semanal (todas segundas-feiras) do reporte de acções realizadas para a prevenção da Covid-19. Nesta conformidade, de forma proactiva, a UDM desenhou o primeiro quadro de acções que corporizou o compromisso com as actividades preventivas contra a pandemia da Covid-19, sendo de destacar, reforço do serviço sanitário e de higienização; reforço dos meios de comunicação digital; partilha de informação sobre a Covid-19; formação dos chefes de cursos em ferramentas das TICs aplicado ao ensino virtual; socialização do corpo docente chefes de turma das ferramentas ligadas as TICs aplicada ao ensino virtual; demarcação ou sinalização dos espaços públicos para garantir o distanciamento social de 1.5 metros.

As actividades acima aludidas, foram pontos de solução aos riscos iminentes que se afiguravam, principalmente, o risco de desligamento dos estudantes do ensino (cancelamento de matrículas / desistências); dificuldades de interligação académica administrativa por parte dos estudantes e docentes, por dificuldades do uso das TICs aplicados ao ensino (plataformas virtuais de ensino); situação de pânico por ausência de informação básica sobre a pandemia, entre outros.

As TICs foram o elemento crucial para manter permanente o contacto entre todos actores da comunidade académica da UDM, uma vez que a principal orientação das autoridades governamentais era *limitar a circulação interna de pessoas em qualquer parte do território nacional*<sup>8</sup>, e também *impor o confinamento de pessoas em domicílio ou estabelecimento adequado, com objectivos preventivos*<sup>9</sup>. Esta medida de execução administrativa, apesar de ter fundamento, principalmente porque estava em causa a saúde e a vida, constituiu o principal risco iminente do funcionamento das IES, dada a falta de confiança principalmente dos estudantes em relação ao modelo de aulas virtuais.

Este ponto, reforça a colocação de Rocha (2020), que considera que o no começo da infecção pela Covid-19, o isolamento social conseguiu controlar a disseminação do vírus; contudo, teve algumas críticas, por conta do seu impacto negativo sobre a receita e a

---

<sup>7</sup> Memorando N° 160/DNES-MCTESTP/382/2020 relativo a *Monitoria das acções de prevenção contra o COVID-19 nas Instituições de Ensino Superior*.

<sup>8</sup> Alínea a) do Artigo 4 do Decreto Presidencial n° 11/2020 de 30 de Março.

<sup>9</sup> Alínea b) do Artigo 4 do Decreto Presidencial n° 11/2020 de 30 de Março.

economia da população. Ao se considerar os principais elementos da teoria sistémica Luhmanniana, o distanciamento social traz inúmeras consequências, isto é, *perturbações comunicativas* que afectam directamente o funcionamento dos diversos sistemas sociais, dadas as relações de acoplamento estrutural existentes entre eles.

Porque as medidas de mitigação da Covid-19 em Moçambique passavam pelo confinamento, a UDM foi uma das vítimas dessa perturbação ambiental, se considerar o facto de que a sua principal base de subsistência são as receitas advindas das participações dos estudantes<sup>10</sup> em forma de propinas, as quais não ficaram alheias a estas medidas, a avaliar pelo parcelamento da propina do mês de Maio em duas prestações (de 75% a ser pago no mesmo mês, e 25% no mês seguinte)<sup>11</sup>, e o perdão de multas de propinas durante a vigência do Estado de Emergência. Estas medidas, afectaram os níveis de colecta da receita pela instituição, dado que segundo informação disponibilizada pela Direcção Financeira da UDM, comparativamente com 2019, o nível de colecta de receitas reduziu em 32.91% em 2020, e 24.61% em 2021 (Mapas de demonstrações Financeiras, 2020 e 2021).

Partindo da noção do sistema como um conjunto de elementos interligados que sofrem influência recíproca, é correcto afirmar que as perturbações causadas por estes cenários de decrescimento na colecta de receitas pela UDM, trouxeram consequências negativas para o funcionamento normal da instituição, dado que como parte do sistema maior<sup>12</sup>, desempenha uma função específica necessária em prol do equilíbrio do todo.

Como principais consequências da dispersão de receitas, pode-se destacar: (i) os atrasos sistemáticos no pagamento de salários aos funcionários, incluindo docentes; (ii) não cumprimento das obrigações fiscais; (iii) não cumprimento dos compromissos com os fornecedores de bens e serviços e; (iv) contratação de dívidas junto da Banca.

Face ao exposto acima, fica evidente que a pandemia de Covid-19, afectou profunda e simultaneamente, o funcionamento de praticamente todos os sistemas sociais, alastrando-se pela sociedade, da mesma forma como um vírus se alastra pelo organismo humano

---

<sup>10</sup> Parafraçando Sengo et al. (2020), a covid-19 constitui um factor de risco sistémico que na perspectiva do sector empresarial moçambicano, afectou todos os segmentos da economia, principalmente pelo facto da economia nacional ser consideravelmente aberta ao resto do mundo e bastante vulnerável a choques externos. Este facto, reduziu a capacidade das famílias de suportarem as despesas dos seus educandos.

<sup>11</sup> Despacho n° 01/ADM/20.

<sup>12</sup> Considerando a UDM como Sistema maior, e o Sistema de arrecadação de receita como subsistema deste.

(visão sistémica). No caso vertente, a pandemia afectou o poder de compra dos cidadãos, e por conseguinte, estes por sua vez, enquanto sistemas vivos, tomaram medidas visando buscar o equilíbrio dentro do novo normal, as quais muitas vezes, afectaram negativamente na sua capacidade de fazer face aos compromissos com a UDM, daí a tendência decrescente da receita da instituição no período em análise.

Mercê do argumento de que em face à turbulência, os sistemas sempre buscam se adaptar ao novo normal, pode-se explicar derrapagem da receita verificada em 2020 face à 2019, e embora de forma tímida, a aparente recuperação verificada de 2021 face à 2020. A partir de Março de 2020 o sistema (UDM) foi fortemente perturbado, entre a tentativa de se conformar com as directivas legais, e a busca de soluções para a sua continuidade. Foi um momento em que houve perda de confiança dos estudantes (principal, senão a única fonte de receita) na qualidade dos serviços oferecidos pela instituição, a avaliar pelo elevado número de desistências e pedidos de cancelamento de matrículas registados neste período. Por outro lado, o ano de 2021 marca o período da retoma gradual das actividades dentro do novo normal, o que justifica por conseguinte, a retoma na mesma medida, dos estudantes aos seus compromissos académicos.

De entre os impactos da Covid-19 sobre os sistemas sociais, o sistema de educação foi duramente perturbado com a suspensão das aulas presenciais. Segundo a Unesco (2020), a pandemia da covid-19 levou mais de 150 países a implementarem o encerramento de escolas e universidades, afectando mais de 91% da população estudantil do planeta. Neste contexto, muitas instituições de procuraram manter suas actividades académicas através do ensino remoto. Todavia, os estudantes mais vulneráveis financeiramente acabam sendo afectados, sobretudo, porque não tinham acesso a tecnologias e internet de qualidade para que pudessem se beneficiar dos serviços académicos administrativos virtuais.

As sínteses dos encontros entre os chefes dos cursos e chefes dos estudantes da UDM, indicam que a maior parte dos estudantes estavam desprovidos de recursos tecnológicos, principalmente computadores e laptops, senão o uso do telefone mas não de versões adaptáveis as plataformas virtuais de ensino. Neste sentido, houve necessidade de as IES, primeiro investir não só na formação massificada no uso das TICs, como também encontrar meios de colocar à disposição, plataformas de *hardware* (com prioridade para

os professores), principalmente os equipamentos ou ferramentas tecnológicas (centro de recursos).

Assim, a UDM levantou os pontos de riscos por conta de medidas que adoptou para a prevenção da Covid-19, principalmente da suspensão das aulas, iniciando com um processo de procura de fontes de financiamento e reorientação das rubricas orçamentais, a começar pelas linhas de apoio do ministério, mas perspetivando uma transformação dos prolemas em oportunidades. Tal facto, é evidente no ofício que envia à Direcção Nacional do Ensino Superior<sup>13</sup> onde aponta um cenário alternativo para o ensino presencial usando *softwares* e plataformas disponíveis nas TICs para responder ao desafio imposto pelas medidas de prevenção da Pandemia da Covid-19, mas também para constituir uma oportunidade de exploração de uma pedagogia futurista e que vai conferir ao estudante ser o epicentro do ensino e aprendizagem.

Partindo duma visão sistémica, a UDM reconheceu a pandemia da Covid-19 se traduzia num problema complexo que não só estava reflectido na área de saúde, mas também tinha ramificações na parte económica e social. Neste sentido, a instituição concebeu um plano alternativo de resposta<sup>14</sup> onde fez parte das primeiras IES a organizarem aulas virtuais, estabelecendo mecanismo normativo das aulas virtuais (investiu numa plataforma<sup>15</sup> da UDM), recursos didáticos com auxílio das plataformas das TICs, e outros não menos importantes.

A abordagem da UDM, traduz um comportamento de um sistema social quando se depara com perturbações do meio ambiente circundante. Ou seja, face às imposições das medidas governamentais, a UDM tomou uma serie de acções de modo a garantir a sua continuidade num novo normal.

Contudo, os pontos que numa perspectiva eram soluções, traduziam-se em riscos noutras condições. Segundo os relatórios pedagógicos e sínteses dos encontros com docentes e estudantes, a exaustão física e psicológica dos docentes durante o período do uso das TICs (aumento da carga de hora de trabalho); a inexperiência dos estudantes e docentes no uso das TICs ou e dificuldade no acesso das ferramentas (hardware/software), na maioria das

---

<sup>13</sup> 14 de Abril de 2020, ofício que reafirma os três pilares fundamentais eleitos pela instituição para fazer frente a Pandemia da Covid-19.

<sup>14</sup> Directiva Pedagógica nº01/DA/20.

<sup>15</sup> Plataforma Scito et Cientia da UDM.

vezes pelo custo financeiro; a qualidade do sinal de internet principalmente nos bairros fora do perímetro e redução do renda das famílias que levou a redução do efectivo estudantil. Corroborando esta última colocação, dados disponíveis indicam que de 2018 para 2021, a população estudantil reduziu em cerca de 65.88%.

A partir de Julho<sup>16</sup>, o governo aprovou medidas de execução administrativa para a prevenção e contenção da propagação da pandemia da Covid-19, também *autorizou a retoma faseada de aulas presenciais ao nível nacional*<sup>17</sup> onde para o subsistema de Educação Superior foi faseada. Esta medida, para além de significar ajustar ao novo normal também visou equilibrar as medidas sanitárias com as de matriz económico-social. A retoma das aulas presenciais foi sempre condicionada a existência de planos de contingência supervisionadas pelas autoridades governamentais. Por via do mesmo decreto foram criados mecanismos de proteção socioeconómica para que houvesse equilíbrio, destacando o efeito das interpelações, constituições em mora e execuções decorrentes da aplicação das medidas previstas no decreto e a proibição da cessão de relações jurídico-laborais fundamentadas por ausências relacionadas as medidas de prevenção e combate à pandemia da Covid-19.

O novo normal significou o início do alívio gradual e significativo das medidas de prevenção e contenção da pandemia da Covid-19, usando de um mecanismo legal ajustado<sup>18</sup> a partir de Setembro de 2020, que faz a combinação das estratégias de prevenção e combate à pandemia Covid-19 com a necessidade de um regresso gradual `a normalidade. Este procedimento foi sendo adotando até aos dias de hoje. A UDM fazendo valer o espírito do Decreto nº 79/2020 e mais tarde o Decreto nº1/2021 de 13 de Janeiro, harmonizou<sup>19</sup> as suas actividades para conciliar as medidas de contenção da propagação da pandemia da Covid-19 durante a Situação da Calamidade Pública, e na sua grelha de actividades minimizou o risco de pânico social no seio da comunidade académica, convidando em regime de aulas abertas e em formato híbrido, especialistas no campo sanitário, social económico e jurídico para primeiro prestarem informação útil sobre a pandemia e também refletirem com a comunidade académica, novos procedimentos e

---

<sup>16</sup> Decreto nº 51/2020 de 1 de Julho.

<sup>17</sup> Nº1 do artigo 15 do Decreto nº 51/2020 de 1 de Julho.

<sup>18</sup> Decreto nº 79/2020 de 4 de Setembro – Declara a Situação de Calamidade Pública e Activa o Alerta Vermelho.

<sup>19</sup> Plano de Actividades do Semestre 202 e 211.



formas de estar no novo normal. Reconhecendo os motivos<sup>20</sup> que eram avançados nos ofícios de oficialização de suspensão ou cancelamento de matrículas, a UDM criou um gabinete de atendimento e negociação das soluções aos problemas levantados pelos estudantes com fundamento nas consequências da pandemia da COVID-19.

## **7. Considerações finais**

É possível concluir que os efeitos da Covid-19 perturbaram o funcionamento de todos sistemas e subsistemas sociais (como o sistema de saúde, o sistema laboral, o sistema político, o sistema educacional, o sistema económico). Os desequilíbrios gerados por essa pandemia alastram-se circundando as mais diversas esferas comunicativas dos diferentes sistemas que compõem a sociedade.

A Covid-19 foi uma enfermidade que atinge todo o funcionamento da sociedade, tanto no nível local, assim como dimensão global, dada a sua capacidade autopoiética, os sistemas da sociedade conseguem se adaptar às mais diversas crises. Para a UDM o desafio foi mais complexo, na medida em que a efectivação de um novo paradigma de oferta de aulas significou a alteração não só de práticas e rotinas, mas também na forma de relacionamento entre as diferentes coordenações/direcções de cursos com os respectivos estudantes.

O avanço da tecnologia tem vindo igualmente a revolucionar os processos pedagógicos. A Covid-19 impõe às instituições de ensino a necessidade de se reinventar, exigindo dos profissionais da educação, habilidades outrora não obrigatórias. A pandemia acelerou um processo que já estava em curso, isto é, a integração das tecnologias digitais de informação e comunicação nas instituições de ensino. Neste sentido, na UDM o ensino foi realizado remotamente recorrendo à plataformas digitais. Todavia, é de se sublinhar a dificuldade enfrentada pelos diferentes actores para se adaptarem ao uso das tecnologias, dadas as razões de várias ordens, como é o caso da falta de domínio das plataformas, custo financeiro associado; qualidade do sinal de internet<sup>21</sup> principalmente em locais distantes da cidade.

---

<sup>20</sup> Cartas e ofícios dos estudantes a cancelarem ou trancarem a matrícula.

<sup>21</sup> Este facto fez com que muitos estudantes ficassem excluídos do processo.

A propagação da Covid-19 traz um conjunto de perturbações que atinge, simultaneamente, os diferentes sistemas e subsistemas sociais. O pensamento sistémico Luhmanniano, por sua vez, conseguiu mobilizar importantes ferramentas conceituais que possibilitaram a compreensão sociológica dos impactos sociais dessa pandemia. No geral, experiência da pandemia da covid-19 fez com que a UDM adoptasse um uso das TICs no funcionamento normal do processo de Ensino e Aprendizagem. Para o efeito, investiu no aumento do equipamento informático para viabilizar o ensino híbrido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALOI, J. A. (2020). A Problemática das Aulas Remotas no Ensino Superior Presencial em Moçambique no Contexto da Pandemia da Covid-19. In: PINTO, A. O. (Org.). *Os desafios do ensino superior no contexto da covid-19*. Maputo: USTM.

CARRETEIRO, S. R. (2020). Construção do sistema social da saúde a partir da teoria sistémica de Niklas Luhmann. *Revista de Direito Sanitário*. Vol. 16.

DECRETO PRESIDENCIAL n° 11/2020 de 30 de Março. *Declara o Estado de Emergência por razões de calamidade pública em todo o território nacional*. Boletim da República. I Série – Número 61. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

DIAS, R. (2013). *Introdução à sociologia*. 2ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

FERREIRA, J. M. C. et al. (2011). *Manual de psicossociologia das organizações*. Lisboa: Escolar Editora.

HUOT, R. (1999). *Métodos quantitativos para as ciências humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.

MATURANA, H.; VARELA, F. (1998). *De máquinas e seres vivos autopoiese: a organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas.

NHAMUAVE, E. A. & NHAMPINGA, D. A. A. (2020). Ensino Superior em Moçambique: Desafios e Perspectivas Diante da Pandemia da Covid-19. In: PINTO, A. O. (Org.). *Os desafios do ensino superior no contexto da covid-19*. Maputo: USTM.

PINTO, A. O. & HOGUANE, I. A. (2020). Covid-19 e o Dinamismo Pedagógico das Instituições de Ensino. In: PINTO, A. O. (Org.). *Os desafios do ensino superior no contexto da covid-19*. Maputo: USTM.

Portal do Governo de Moçambique. (2020). Covid-19. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/COVID19>.

Portal do MISAU. Disponível em: <https://www.misau.gov.mz/index.php/o-que-e-coronavirus>.

ROCHA, C. (2020). Os estudos que mostram o impacto positivo do isolamento social. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/21/Os-estudos-que-mostram-o-impacto-positivo-do-isolamento-social>.

RODRIGUES, L. P. & COSTA, E. G. (2021). *Impacto da pandemia de Covid-19 ao sistema social e seus subsistemas: reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann*. Porto Alegre: RS.

SANZ, I. et al. (s.d). *Efeitos da crise do covid-19 na educação*. INFORMES.

SENGO, E. et al. (2020). *Impacto da pandemia da covid-19 no sector empresarial e medidas para a sua mitigação*. Maputo: CTA.

STICHWEH, R. (2012). *El concepto de sociedad mundial. Génesis y formación de estructuras de un sistema social global*. Santiago: RIL Editores.

UNESCO. (2020). *Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education*. Paris: UNESCO. Disponível em: <https://en.unesco.org/gemreport/2020/inclusion>.

\*Os autores são todos doutorandos no Doutoramento em Riscos Complexos da Universidade Técnica de Moçambique